
Conclusões e recomendações

"Metodologias Adequadas para Pesquisa, Planejamento, Políticas, Implementação e Avaliação de Projetos

4 a 16 de fevereiro de 2002

Introdução

Um total de 346 interessados, de 68 países, inscreveram-se para participar da conferência eletrônica "Metodologias Adequadas para Pesquisa, Planejamento, Políticas, Implementação e Avaliação de Projetos em Agricultura Urbana", porém foi ainda maior o número de pessoas que acompanharam as discussões através do sítio do RUAF, na internet.

Durante as duas semanas anteriores, já havíamos recebido 145 contribuições para as discussões, e 21 trabalhos que foram acrescentados à seção "Trabalhos de base" criada no sítio da Conferência (juntamente com os 49 trabalhos preparados no contexto da "consulta de especialistas", realizada em Nairóbi em novembro de 2001).

Essas cifras são alentadoras, já que indicam o grande interesse em conhecer e discutir os enfoques e métodos alternativos que podem ser aplicados nos projetos de agricultura urbana atualmente em andamento ou previstos para o futuro próximo.

O grande número de contribuições e trabalhos enviados durante as duas últimas semanas tem certamente enriquecido as metodologias, as ferramentas e as técnicas que podem ser usadas para entender e contribuir para fortalecer a agricultura intra e periurbana.

Com efeito, surgiram vários pontos muito importantes que têm implicações de maior escala sobre COMO entendemos as situações existentes, fazendo pesquisas, apoiando os processos de planejamento ou realizando atividades de monitoramento e avaliação com agricultores e horticultores urbanos.

Métodos participativos

O primeiro tema refere-se ao uso de métodos participativos. Houve um acordo generalizado sobre a necessidade de se aplicarem enfoques participativos para entender tanto as necessidades como as práticas inovadoras locais e trabalhar com os habitantes locais na validação das inovações existentes e no desenvolvimento de tecnologias e práticas alternativas. Foi talvez surpreendente que a quantidade e qualidade variáveis dos conhecimentos técnicos locais existentes na agricultura urbana em comparação com a agricultura rural não surgira como um tópico nas discussões, porém vários participantes falaram das formas inovadoras de "conhecimento comum" e de formação de capital social nas zonas urbanas. Aproveitar esses sistemas inovadores de conhecimentos e fontes de capital social será importante para obter um conhecimento mais valioso e mais acertado de como funciona a agricultura urbana, porém isso também pode ser um ponto de partida para fortalecer seu funcionamento, ao oferecer meios para difundir as inovações, fazer pressão para obter benefícios e apoio, e aumentar sua sustentabilidade.

Ao mesmo tempo, os métodos participativos necessitam aceitar a existência de uma gama muito ampla de atores presentes no contexto urbano. A análise de atores surge como uma ferramenta absolutamente chave e como um ponto de partida, já seja na busca de metas na área da pesquisa, do planejamento ou do desenvolvimento local. Ela pode ser aplicada com muito êxito para se entender os diferentes tipos e estilos de agricultores e horticultores dedicados à agricultura, o que por sua vez ajudará a localizar os sócios potenciais no desenvolvimento participativo

de tecnologias e intervenções para apoiar as microempresas. Essa diferenciação também é importante para identificar grupos particulares cujas práticas não sustentáveis afetam a saúde e o meio ambiente e que requerem atenção urgente. De fato, uma conclusão clara é que no contexto da agricultura urbana, antes de qualquer intervenção, devem ser realizadas consultas intensivas e participativas com os atores.

Vários participantes assinalaram que o tema não é simplesmente que há mais atores no contexto urbano do que no rural, mas que com frequência têm interesses diferentes e competitivos. As análises de atores devem cuidar que as vozes de alguns atores não apaguem as dos outros. Nesse sentido, as relações entre os atores também são relações de poder, e negociar esse tipo de análise requer grande flexibilidade e perspicácia. Os interesses opostos dos atores colocam outro desafio. Geralmente não será possível satisfazer a todas as pessoas todo o tempo – os recursos simplesmente não o permitem. Isso pode levar em muitos casos a haver eleições com respeito aos grupos prioritários: os produtores ou os processadores urbanos?; os produtores periurbanos ou os consumidores intraurbanos pobres?.

Outros participantes assinalam que muitos agricultores urbanos também têm outros trabalhos na cidade, o que torna importante não limitar a análise a suas atividades agrícolas mas também considerar a totalidade de suas estratégias de sobrevivência.

Os métodos participativos para a agricultura rural têm se centrado demasiadamente no fato de que o agricultor muitas vezes presta muito pouca atenção ao lar e às atividades fora de seu sítio, e muitas vezes considera a ampla gama de atores locais diferentes, desde as autoridades da aldeia, do distrito, do município, até as agências governamentais, incluindo os diferentes tipos de associações locais, todos os quais incidem marcadamente no funcionamento da agricultura urbana.

Processos temporais

Um segundo conjunto de conclusões refere-se à importância dos processos temporais no contexto urbano, ao qual os métodos devem adaptar-se. A sazonalidade é obviamente um elemento temporal crucial nos contextos rurais, e as autoridades governamentais muitas vezes são sensíveis aos problemas enfrentados pelos agricultores durante a temporada baixa. Porém os temas de insegurança alimentar são bem menos reconhecidos e compreendidos no contexto urbano, assim como o abastecimento de alimentos durante a estação baixa para as famílias urbanas que dependem em alto grau da agricultura pode ser um tema crítico que a análise situacional deve levar em conta. A sazonalidade também afeta os ritmos de emprego sazonal não agrícolas. Em muitas cidades, o fornecimento de águas servidas recuperadas pelos agricultores urbanos pode converter a agricultura sazonal regada com água de chuva uma produção anual altamente produtiva.

Outro aspecto temporal apontado na conferência está relacionado com os objetivos de curto prazo dos agricultores versus os objetivos de maior prazo dos pesquisadores e dos projetos de ação. Muitos projetos de pesquisa e desenvolvimento da AUP referem-se a processos e manejos de recursos naturais, como o ciclo de nutrientes e o acondicionamento do solo, que são processos de longo prazo para fortalecer a sustentabilidade da agricultura urbana. Entretanto, certos estilos de agricultura urbana são de prazo muito curto, estão limitados pela insegurança com respeito à terra, por problemas de fluxo de caixa e por um ambiente político incerto, e estão motivados pela possibilidade de obter renda rapidamente. Isso pode limitar os tipos de atividades de pesquisa participativa que são factíveis com esses agricultores, ou requerer técnicas inovadoras para atrair seu interesse, como por ex. vincular os experimentos com o acesso a crédito, ou com ambientes de aprendizagem pertinentes como escolas agrícolas de campo. Também pode limitar a participação dos agricultores em formas auto-avaliadoras de

monitoramento e avaliação: não estão dispostos a dedicar o tempo necessário.

Um elemento adicional refere-se ao caráter aberto dos processos temporais nas zonas urbanas em comparação com os contextos rurais, onde o tempo circular da sazonalidade segue todavia sendo uma importante característica das vidas das pessoas. A mudança é um aspecto dominante do contexto urbano para muitas pessoas, seja real ou possível. A insegurança da moradia, da posse da terra, as mudanças nas oportunidades de trabalho contribuem para isso. Também existem mudanças rápidas nos usos do solo em nas atividades dinâmicas nos conjuntos de negociações que conduzem a esses câmbios. Por todas essas razões, existe a necessidade de se enfatizarem os métodos que são sensíveis a esses processos dinâmicos, incluindo tipos de análises rotativas de atores relacionados com o monitoramento e avaliação participativos de tipo formativo, análise de plataforma de negociação ou "campos de jogo" e a interessante noção de uma análise situacional "a posteriori" desses processos.

Um elemento final vinculado aos processos temporais, que foi mencionado apenas brevemente na conferência mas que merece muito mais atenção, refere-se aos métodos necessários para dar uma resposta rápida aos desastres e emergências. Não estamos falando de enviar carregamentos de alimentos, que é responsabilidade de outras pessoas, mas de se criarem métodos que ajudem a estabelecer da maneira mais rápida possível hortas voltadas para a segurança alimentar nas zonas urbanas, por meio da seleção de cultivos e desenvolvimento da capacidade de negociação. Desenvolver essas técnicas e ferramentas pode ser de vital importância em muitas situações, especialmente na África Subsaariana.

Processos espaciais

Um terceiro conjunto de conclusões relaciona-se com os processos espaciais que ocorrem nas zonas periurbanas e que afetam a agricultura que lá se pratica.

Nas zonas periurbanas, está-se gerando um processo de transição que implica em rápidas mudanças no uso da terra, imigração (a partir das zonas rurais e de dentro da própria cidade), um aumento explosivo dos preços das terras e uma crescente interferência dos grupos de poder político e econômico urbanos.

Um primeiro tema discutido é a situação da posse da terra periurbana. Diz-se que são necessários mais estudos relacionados com a posse da terra, especialmente com um enfoque sociológico, dada a complexidade e o dinamismo da posse periurbana da terra.

Os mecanismos formais e tradicionais e as regras que regem o uso do acesso à terra (e à água) e a compra e venda de terra podem deixar de funcionar e serem substituídos por regras e redes informais. Dado que as atividades de agricultura urbana e de moradia dos pobres são com frequência ilegais e informais, muitas vezes produz-se um sincretismo com relação a essas regras e somente uma participação direta em um sistema assim pode revelá-las. Adicionalmente, os habitantes originais e os recém-chegados podem ter perspectivas diferentes sobre as regras e podem formar suas próprias redes, que podem tornar-se mais visíveis em épocas de conflitos declarados.

Talvez seja necessário formalizar os títulos de propriedade das terras como parte de um processo para incluir os pobres nas instituições de governabilidade da cidade. Entretanto, em ocasiões dos pobres só podem ter acesso à terra por que a cidade ignora sua existência, e o fato de formalizar a propriedade pode atrair a atenção e o desejo dos poderes políticos e sócio-econômico de se apoderar dela, dado seu crescente valor – "captura de terras". Porém também se produzem conflitos entre os grupos de pobres (por exemplo, os que trabalham a terra com fins agrícolas e os que

querem construir suas casas nessas mesmas terras) e as pessoas de classe média da cidade que compram terras para construir suas casas e ter a possibilidade de se dedicarem à agricultura nos fins de semana.

Sugere-se que certas formas intermediárias de posse da terra (por ex. Permissão de ocupação temporal) possam funcionar melhor dadas as circunstâncias que a legalização dos títulos de propriedade. Recomenda-se obter a aceitação política das autoridades municipais para essas formas intermediárias de posse da terra, fazer um inventário dos espaços abertos adequados para serem usados temporariamente pelos agricultores urbanos e promover a organização de grupos de usuários potenciais para essas áreas.

Outros participantes mencionaram que várias cidades de países em desenvolvimento estão fazendo testes com a entrega de terrenos públicos a grupos organizados de agricultores através de contratos de arrendamento de médio prazo, e mencionam a experiência no Ocidente com as hortas arrendadas como uma forma de integrar as atividades agrícolas dos pobres urbanos e os planos que têm a cidade para uso dessas terras.

Um terceiro tema refere-se ao uso de Sistemas Geográficos de Informação – SIG. Muitos participantes indicaram que o SIG é uma importante ferramenta para a integração da agricultura no planejamento urbano, no monitoramento de espaços verdes, na formalização da posse da terra, etc. Porém existem algumas contradições prévias importantes:

- A. Vários participantes indicaram a necessidade de que o GIS funcione “de baixo para cima” e que seja combinado com o mapeamento participativo das comunidades.
- B. É indispensável fazer-se uma avaliação exaustiva dos dados do GIS no campo.
- C. Conhecimento adequado da zona, dos processos de urbanização em andamento e o contexto sócio-econômico e político mais amplo.
- D. Combinar o SIG com outros métodos é muitas vezes mais útil: análises de fotografias, estudos de campo etc.

Alguns participantes temem que o SIG sirva principalmente para uso dos tecnocratas e doadores, e que não beneficiará muito aos agricultores, enquanto que outros estão preocupados com seus custos e buscam formas de reduzi-los (uso de programas mais baratos, de fotografias etc.)

Um participante indicou que os princípios de ecossaneamento não podem ser plenamente implementados sem a integração da agricultura urbana na paisagem da cidade. A reciclagem de dejetos domésticos deveria realizar-se de preferência no nível mais baixo possível e deveria haver espaço para cada um desses níveis: no lote (doméstico), fora do lote (bairro), pulmões verdes e zonas periurbanas (cidade). Isso tem implicações de longo alcance no planejamento urbano.

Contexto sócio-econômico e político da Agricultura Urbana

Vários participantes indicaram que a agricultura urbana é essencialmente um processo político e que a idoneidade das metodologias na agricultura urbana depende muito de sua funcionalidade no contexto sócio-econômico e político local.

Os enfoques convencionais são considerados menos adequados em um ambiente tão dinâmico onde interatuam tantos atores, cada qual com seus próprios interesses e sua base de poder. É melhor promover o uso de enfoques dinâmicos de ação-aprendizagem.

Foi pedida mais atenção ao papel que vários atores desempenham “dando forma” ao ambiente político e econômico da agricultura urbana. Os efeitos negativos da

agricultura urbana podem ser consequência das ações de políticos e de grupos de poder influentes, e não das escolhas feitas pelo agricultor. Conhecer mais os fatores que dão forma às condições para a agricultura urbana nos preparará melhor para oferecer uma colaboração adequada aos agricultores urbanos e aos que os ajudam localmente.

Nesse contexto, também foi discutido o papel e potencial das ONGs, o que levou à conclusão de que uma ONG comprometida, flexível e orientada para o desenvolvimento pode desempenhar um papel importante tanto na conscientização como na defesa da AUP no plano urbano, assim como no processo concreto de aprendizagem através da ação com os atores diretamente envolvidos em um local específico.

Também foi debatido o papel das cooperativas no desenvolvimento da agricultura urbana, com ênfase especial no papel das figuras no contexto político; as cooperativas muitas vezes foram impostas pelos governos, e as regras governamentais que regem o setor muitas vezes as impedem de funcionar como empresas comerciais, razão pela qual muitas vezes elas não são sustentáveis. Outras razões mencionadas para o fracasso de muitas cooperativas são: freqüentemente elas são concebidas como uma organização social ou política e não como um negócio; falta de homogeneidade de interesses; falta de transparência; e falta de capacidade de gestão por causa da inexperiência de quem assume determinadas funções.

Outros participantes vêem vantagens em se agruparem pequenas empresas em cooperativas: acumulação de capacidades, redução da competição mútua, agrupamento de recursos para o desenvolvimento de capital, economia de escala e maior poder de negociação. Entretanto, admite-se que essas vantagens só podem ser alcançadas se a cooperação é voluntária e baseada no reconhecimento dos interesses comuns e desenvolvida passo a passo.

Finalmente, também foi abordado o tema do financiamento da agricultura urbana, assinalando-se que ela deve levar em conta que muitas municipalidades não têm os meios para financiar um SIG e que são necessários investimentos em agricultura urbana e formas alternativas de financiamento. Foi mencionado o apoio financeiro e técnico de agências nacionais ou internacionais como uma das condições para o êxito dos Programas Municipais de Agricultura Urbana na América Latina, assim como a cooperação com outros atores em grupos de trabalho inter-institucionais, a presença de experiências locais em agricultura urbana que formam a base dos projetos pilotos, e os intercâmbios de experiências com outras cidades.

Nota

1. No resto do documento usaremos agricultura urbana como o termo geral para ambas as situações. Acrescentaremos "intra" ou "peri" quando for preciso especificar uma das duas.